

# CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

## Olinda Patrimônio da Humanidade

### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2018 DA SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE OLINDA, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2018.**

Às doze horas e quinze do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezoito, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública sobre a prestação de contas das Metas Fiscais do Município referente ao 2º quadrimestre de 2018 (2º Relatório Detalhado Quadrimestral - RDQ). **O vereador Jorge Federal assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública.** Inicialmente a Mesa foi composta pelas seguintes autoridades: Jorge Federal (Vereador e Presidente desta Casa), Graça Fonseca (Secretária da audiência e Vereadora Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação), Luciano Ramos Brasileiro (Secretário Executivo da Secretaria da Fazenda de Olinda), Eliude (Servidora pública da Secretaria da Fazenda de Olinda) e Paulo Roberto (Secretário de Educação de Olinda). O Presidente concedeu a palavra ao Secretário Executivo da Fazenda, Luciano Brasileiro. Luciano iniciou a apresentação de slides comentando a base legal desta audiência pública, que se encontra no art. 9º, §4º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** *“Lembrando que já a partir dessa audiência todo esse material ficará disponibilizado no Portal da Transparência, no site da Prefeitura, bem como será entregue hoje a todos os outros órgãos de controle externo. Este primeiro quadro mostra a Despesa Total com Pessoal do Executivo. Nesse período de setembro de 2017 a agosto de 2018, a nossa Receita Corrente Líquida (RCL) foi de R\$ 555.396.851,13. Segundo o que se estabelece na LRF, no art. 22, tem-se que o limite prudencial é de 51,30% (95% de 54%) da RCL. O valor correspondente a esse limite prudencial seria de R\$ 284.918.584,63. E o limite legal, que é considerado como o limite máximo, que é de 54% da RCL, daria R\$ 299.914.299,61. E o indicador aferido nesse período pelo Poder Executivo nos gastos com pessoal foi de R\$ 286.951.205,25, o que aponta para 51,67% da RCL, ou seja, abaixo do limite máximo legal (54%) e 0,37% acima do limite prudencial. Eu trouxe esse quadro (Demonstrativo dos Aportes Realizados) e também nas prestações de contas anteriores também foi comentado igual dado. É que no caso específico da Prefeitura de Olinda, no nosso entender, analisando do ponto de vista fiscal, qual rubrica mais impacta nesse indicador e aquela que efetivamente o Poder Executivo tem menos ingerência sobre ela. E aí no caso específico dessa rubrica, a gente fala da questão dos aportes, que são realizados mês a mês ao Fundo de Previdência Próprio do município. Em igual período do ano passado, o aporte representou R\$ 45.135.554,22. Então daquele total apresentado de 286 milhões, aproximadamente, 45 milhões, em igual período do exercício passado, foi apenas do aporte com a Previdência Própria do Município. E, no período atual, ou seja, de setembro de 2017 a agosto de 2018, computou-se, para aqueles aproximadamente 286 milhões, R\$ 52.858.451,67 de gastos com o aporte da Previdência. Lembrando que esse aporte é complementar, ou seja, além do repasse da contribuição do servidor para a Previdência Própria, e além do repasse patronal (o repasse que a Prefeitura faz como contrapartida para o Fundo da Previdência Própria), a Prefeitura necessitou repassar nesse período esses aproximadamente 52 milhões para poder suportar os gastos com a folha dos servidores aposentados. Se a gente comparar esses dois montantes, a diferença no período foi de R\$ 7.722.897,45, ou seja, ano a ano, mês a mês, o Fundo de Previdência Própria necessita ter uma complementação financeira para suportar seus gastos primários com a aposentadoria dos servidores. Dá em torno de mais de 1,2% da RCL. No ano passado, flutuou entre 0,87 a 0,92% da RCL. Quando a gente computar o 13º desse ano, a gente deve chegar entre 13,4% a 14%. É quase como se fosse uma Secretaria de Saúde a mais (porque se gasta 15% com esta Secretaria). Esse slide é o de Operações de Crédito. O art. 7º da Resolução 043/2001 do Senado Federal dá ao Município a condição de fazer operações de crédito no limite de até 16% da RCL (R\$ 88.863.496,18). Uma coisa positiva que a gente sempre apresenta é que Olinda, na gestão do professor Lupércio, a gente não tem nenhuma Operação de Crédito. Ou seja, a Prefeitura Municipal de Olinda não deve a instituições financeiras por conta de tomada de créditos. O próximo quadro é da Antecipação da Receita Orçamentária”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

ARO. O art. 10º da Resolução 043/2001 do Senado Federal estabelece que os Municípios podem antecipar a receita orçamentária no limite de até 7% da sua RCL (RS38.877.779,58). Também uma coisa positiva é que a nossa gestão em 2017, como também agora em 2018, não antecipamos nenhuma receita de exercício posterior. Nesse próximo slide, temos a arrecadação do Município. A previsão orçamentária anual é de RS 700.401.000,00. Realizamos, nesses primeiros oito meses, 60,77% (RS 425.613.140,61). Esse indicador é preocupante, porque como estamos trazendo os números referentes a dois terços do exercício, era para termos aferido aí, no mínimo, 66,66% da nossa previsão orçamentária. Isso aponta para um déficit, nas nossas receitas, em torno de 6,11%. Nós vamos apresentar nos slides seguintes e aí a gente vai ver que, infelizmente, essa grande frustração de receita tem se dado nos repasses dos entes tanto federal como estadual. Sobre esses repasses, a gente não tem muita ingerência. A gente vai ver que, quando a gente olha para a receita própria, diferentemente, a gente está com um percentual superior aos 66,66%. O próximo quadro é o da estratificação da receita por fontes. A primeira é a fonte de arrecadação própria, que é a Receita Tributária (IPTU, ISS, IRRF, Taxas). Temos no orçamento previsto RS 138.160.000,00 para o ano e realizamos RS 96.683.425,49 (69,98% do total previsto para o ano). Ou seja, nas nossas Receitas Tributárias (Próprias), se a gente tivesse exatamente de forma linear executando o orçamento, teríamos 69,98%, passando dos 66,66%. Contribuições (Fundo da Previdência, CIP) têm previsão anual de RS 39.867.000,00 e houve realização de RS 19.863.004,01 (49,82%). Pontualmente, montamos um grupo de trabalho, chamamos a Celpe, pedimos todos os relatórios e estamos fazendo uma avaliação para que a Prefeitura possa se posicionar diante de um fato que a gente vem constatando esse ano. Nós estamos pagando a mais do que no ano passado, em média 15%, com o gasto da iluminação pública e estamos arrecadando, em média 18% a menos, com essa contribuição. E todos nós, moradores de Olinda, sabemos que muito menos do que a gente gostaria, nós estamos pagando hoje muito mais de energia elétrica, até porque atualmente nós estamos sob a vigência da bandeira vermelha, do que pagávamos em igual período no ano passado. E, mesmo assim, a nossa contribuição não está seguindo esse crescimento de consumo. A gente marcou uma reunião. A Celpe compareceu e foi dado à Celpe um prazo para que ela forneça as explicações e também que nos forneça os extratos, tendo em vista que é a Celpe que faz essa cobrança e repassa para o Município. Patrimoniais (Laudêmos, Aplicações Financeiras) têm previsão anual de RS 15.685.000,00 e houve realização de RS 12.612.748,64 (80,41%), isso mostra que os recursos próprios que transitam na conta do Município estão bem aplicados, ou seja, a gente está conseguindo aferir receita financeira principalmente desses recursos de uma forma superior ao que foi previsto no nosso orçamento. Transferências Correntes (FPM, ICMS, IPVA, IPI, Fundos) é a que se apresenta como maior frustração de receitas. Essas Transferências têm previsão anual de RS 496.071.000,00 e houve realização de RS 287.780.905,72 (58,01%), se a gente comparar essa receita com as demais, a gente vê que o município de Olinda é bastante dependente dessas receitas, não diferente da maioria dos municípios. E quando há uma frustração nessas Transferências Correntes, o estrago orçamentário é enorme porque, como consequência, as despesas estabelecidas nas ações, consequentemente, nos elementos orçamentários, que estão diretamente atrelados à entrada desses recursos no exercício vigente, tem logo estabelecido pelo gestor a limitação desses gastos. Então, mesmo se tendo orçamento em alguns casos, não se tem a disponibilidade financeira e aí, por responsabilidade fiscal, a gente, mesmo havendo a previsão do gasto, a gente não pode realizar esse gasto porque não há a disponibilidade financeira para realizar a liquidação do empenhamento. Outras Receitas Correntes (Multas/ Juros, Dívida Ativa, Restituições) têm previsão anual de RS 10.503.000,00 e houve realização de RS 8.413.440,33 (80,10%). Receitas de Capital (Convênios diversos) têm previsão anual de RS 98.996.000,00 e houve realização de RS 4.491.038,89 (4,54%). Nesse próximo quadro, a gente estratifica as Receitas Tributárias arrecadas até o 2º Quadrimestre. Temos o IPTU, com previsão anual de RS 24.040.000,00 e houve realização de RS 21.605.048,00 (89,87%). O IPTU tem um comportamento bastante comum a todos os exercícios. A gente recebe o IPTU, em grande parte, através da parcela única do mês de fevereiro, e o restante ele é dividido para quem opta por pagar parcelado em 10 vezes. Então, normalmente o IPTU, no



## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

*município, se realiza todo entre fevereiro e outubro de cada exercício. Como aí a gente está apontando para oito meses, então esse fato da gente ter aí já quase 90% do recebimento do IPTU está dentro do padrão. O ITBI é um valor que se comporta de maneira regular e tem uma previsão anual de R\$ 4.345.000,00 e houve realização de R\$ 2.973.606,62 (68,44%). Isso mostra que houve movimentação na transferência de propriedade de imóveis maior do que a gente previu para o período. ISS tem uma previsão anual de R\$ 68.180.000,00 e houve realização de R\$ 64.801.057,70 (65,71%), também se trata de uma receita que tem uma curva mais ou menos linear no exercício e aí éramos para estar dentro daqueles 66,66%, e estamos um pouco abaixo. Todavia, apesar de ser um tanto estável a curva dessa receita, há uma tendência de crescimento sempre no terceiro quadrimestre, muito em torno do recebimento do 13º por parte da população, e aí conseqüentemente a economia como um todo tende a crescer no final do ano. Então, acreditamos que a gente, nessa rubrica do ISS, devamos nesse terceiro quadrimestre recuperar.”*

**PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** *“Luciano, até para potencializar mais, eu acho que nós vereadores que estamos aqui entendemos aí pelos percentuais necessários mês a mês, eu acho que você poderia ir diretamente nas exceções. Eu sei que você está com toda disposição de mostrar item a item, mas acho que a gente poderia potencializar mais a apresentação. Queria dizer até da satisfação de pudermos participar dessa prestação de contas. Essa prestação de contas está chegando o mais próximo do raciocínio lógico que a gente sempre queria ter aqui. Eu acho que essa prestação de contas está muito melhor do que a que foi elogiada anteriormente. Eu assim que a gente pudesse ir diretamente no ponto, porque a gente potencializava. Eu vi aqui que a questão maior está na arrecadação da CIP, e a gente pode ajudar a Secretaria também nisso aí.”*

**SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** *“Ok, seguindo a orientação do Presidente, chamo atenção aí as duas grandes rubricas: o FPM e o ICSM. O ICMS tem uma variável que aponta para a movimentação econômica (PIB mercantil do Município). Quem arrecada, obviamente, é o Estado, mas o Estado transfere para os Municípios na proporção do ICMS gerado no comércio de cada Município. Se a gente fosse ter de forma linear, éramos para estar com os 66,66% e estamos com 60,61%. Mas se nós compararmos com igual período no ano passado, a gente chegou com mais ou menos 57,52%, ou seja, a gente está com um percentual do que foi previsto orçamentariamente maior do que aferimos no ano passado. E se nessa LOA de 2018, a gente já colocou um percentual de crescimento acima da inflação, então nominalmente e também de forma absoluta há um crescimento real em igual período, comparando 2017 com 2018. Já o FPM, não tem nada a ver, em tese, com a economia do Município, nem com a economia do Estado, e sim com a economia do Brasil como um todo e houve uma frustração com relação a esse recebimento. FPM tem previsão anual de R\$ 108.355.000,00 e houve realização de R\$ 64.184.090,79 (59,23%). Se nós tivéssemos recebido o que esperávamos orçamentariamente, seria 66,66%. Houve um aumento, porém esse aumento foi menor do que o que a gente previa orçamentariamente, ou seja, o que a gente previu orçamentariamente, em termos de crescimento, houve essa frustração. O último a ser destacado é o FUNDEB, em que tivemos um incremento nesta rubrica. Porém, o FUNDEB a gente recebe 12 vezes no exercício (12 meses), porém para bancar 13 folhas mais um terço de uma folha, que são as férias dos professores. Então, normalmente se recebe, até o segundo quadrimestre (agosto de cada exercício), mais do que os 66,66%. Outras Receitas Corretas, eu só chamaria atenção para Multa e Juros de Tributos que tem previsão anual de R\$ 4.400.000,00 e houve realização de R\$ 4.798.560,02 (109,06%). Contribuição da Iluminação Pública - CIP tem previsão anual de R\$ 17.360.000,00 e houve realização de R\$ 9.168.646,27 (52,81%), ou seja, abaixo dos 66,66%. Comparando o que a gente recebeu de janeiro a agosto de 2017 com o que nós recebemos de janeiro a agosto de 2018, dá uma diferença de 18,43%. A gente teve uma recuperação, que não está aí, agora em setembro. Recebemos em setembro 23% a maior, em relação a setembro do ano passado. Nos nove meses, estamos com quase 14% a menos na CIP. Em setembro, eu digo que foi até sintomático, porque no mês de julho a gente provocou a reunião com a Celpe e houve já essa reação, não sei se foi coincidência ou se foi fruto dessa reunião. Mas a gente vai poder aferir com base na auditoria que vamos fazer nesses relatórios que a Celpe ficou de nos entregar.”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

*Receita Patrimonial. Aplicações Financeira, como já dito anteriormente, nós já aferimos quase 80% de toda a receita oriundas dessas aplicações previstas para o ano. Total das Receitas Vinculadas (TRV) = R\$ 265.599.803,95. Aplicação de Recursos na Educação é o quadro que o professor Paulo Roberto mais cobra da gente. Nós teríamos que aplicar, dentro dos parâmetros estabelecidos na LRF e na Constituição, 25% do TRV. Lembrando que esses 25% não é sobre todos os gastos da Educação, é apenas sobre os elementos que a legislação determina como gastos que influenciam no desenvolvimento da Educação. Por exemplo, merenda escolar, fardamento, isso tudo está fora do cálculo do índice. Então, cada real gasto com fardamento escolar e merenda escola não é computado para esses 25%. Então, estão nesses 25%, por exemplo, as despesas com o SEMO e também as despesas com esportes (prática esportiva, promoção do esporte). O valor mínimo a ser aplicado (25%) apontaria para R\$ 66.399.950,99 e até então aplicamos R\$ 62.129.749,42 (23,99%). Eu quero ressaltar aqui duas situações. A primeira é a gente está trabalhando com uma meta de 27%. Então, por determinação do nosso Prefeito, Olinda vai estar fazendo todos os esforços no sentido de aplicar não 25%, e sim 27% com educação nesse exercício. A segunda situação é a seguinte: nesse período de janeiro a agosto, normalmente a gente fica um pouco abaixo dos 25%, consequentemente abaixo da meta dos 27%, porque boa parte dessa meta vai se realizar com o pagamento do 13º e com a folha das férias, que vão se realizar, obviamente, no final do exercício. Então, dentro da nossa previsão, se a gente for colocar aí o provisionamento que a gente já tem para as férias e folhas do 13º, a gente estaria hoje já dentro dos 27% estabelecidos como meta. No caso da Saúde, esse índice é de 15%. Como nós temos o TRV da Saúde de R\$ 260.801.243,93, o valor mínimo a aplicar seria de R\$ 39.120.186,59 (15%). Atualmente o valor aplicado é de R\$ 37.248.802,65 (14,28%). Estamos trabalhando, por orientação do nosso Prefeito, não com a meta de 15%, e sim com a meta de 17%. Atualmente, estamos num valor abaixo porque também não está aí a provisão para pagamento do 13º. Se houvésssemos colocado esse provisionamento, a gente já estaria bem próximo à meta. Esse slide apresenta a nossa execução orçamentária. Estamos trazendo para vocês a execução orçamentária da Fonte 101 (Fonte que considera apenas os Recursos Próprios). Atualmente nós estamos com 12 Secretarias devido à reforma na estrutura orgânica que o Município promoveu. Todavia, quando da elaboração da LOA de 2018, em 2017, nós tínhamos 14 Secretarias. A grande maioria das Secretarias está acima dos 66,66%. A gente só destacaria aí a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento, que tem um orçamento baixo (R\$ 2.432.000,00) e executou R\$ 882.455,84. Isso se explica, em muito, que boa parte do orçamento desta Secretaria está na Fonte 108 e boa parte dos gastos desta fonte são gastos com a realização do Carnaval. Hoje, essa Secretaria não tem mais orçamento da Fonte 108 porque não só as ações do carnaval, como também as ações associadas a outros eventos como o São João e alguns festivais, todos já foram devidamente empenhados, liquidados e, no caso do Carnaval, pagos. Todos do Carnaval da Fonte 108. A gente tem ainda a pagar do Carnaval da Fonte 102, que é o convênio com a EMPETUR, que a gente só recebeu 50% da transferência do Governo do Estado e falta ainda recebermos os outros 50%. Mesmo nesse convênio, a contrapartida do Município foi de 10% desse convênio, a gente já a realizou toda já no primeiro momento. Finalizando, a gente está trazendo para vocês o Demonstrativo do Valor Mensal dos Precatórios. Quando a gestão do professor Lupércio assumiu em primeiro de janeiro e o relatório de transição já apontava que Olinda não estava cumprindo com a obrigação de pagar os Precatórios. Estávamos inadimplentes referente ao exercício de 2016, com aproximadamente 5-6 meses desse exercício. Em 2017, como já apresentado aqui, nós não só colocamos os Precatórios rigorosamente em dia, como pagamos todo Precatório não pago no exercício de 2016. Esse ano foi apontado para a gente, pelo Tribunal, um Precatório Mensal de R\$ 671.870,22, que levaria Olinda a chegar a uma situação excepcional: levaria Olinda a chegar, no final de dezembro, depositando, na conta do Tribunal, um montante a maior do que necessariamente ela tem de Precatórios para pagar nesse exercício. Então, provocamos a Procuradoria do Município e através do Doutor Rafael, Procurador do Município, foi e despachou diversas vezes com o Desembargador, apresentou essa situação, que seria uma situação considerada 'Sui Generis' e o Desembargador, entendendo das razões de Olinda, mandou que a Secretaria*



## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

refizesse os cálculos e hoje, passamos a pagar um novo valor, a partir de junho de 2018: R\$ 452.834,28. De tal sorte que, devemos chegar em dezembro sem dever Precatório. Obviamente, teremos Precatórios a pagar em 2019, todavia serão Precatórios lançados pelos Tribunais no exercício de 2018. Então, a gente chega para a nossa contabilidade apontando para zero de Precatório. Pronto, Presidente, estamos à disposição para os comentários e perguntas que acharem que cabe. Obrigado a todos.” O Presidente Jorge Federal concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca. Graça agradeceu pela presença do Secretário Luciano e o parabenizou pela pedagógica apresentação do 2º Relatório Detalhado Quadrimestral referente à Secretaria da Fazenda de Olinda. A vereadora revelou estar preocupada com a reavaliação da Unesco em 2020 relativa à manutenção do Título de Patrimônio Cultural da Humanidade que foi concebido à Olinda, e afirmou que seriam necessários investimentos públicos no Sítio Histórico da cidade. O Presidente Jorge Federal parabenizou a Secretaria da Fazenda pela atuação desempenhada. Elogiou o detalhamento da prestação de contas apresentada por essa Secretaria, ressaltando a parte técnica e administrativa dessa prestação. O Presidente concedeu a palavra ao senhor Joldemar. Joldemar questionou quais foram os investimentos realizados para a melhoria da iluminação pública do município. Ele perguntou também qual o valor da arrecadação com as multas de trânsito e onde foi aplicado essa receita. Além disso, questionou sobre o que o Poder Executivo deveria fazer para que os valores aprovados no Orçamento fossem mais próximos dos valores reais apurados na prática. Finalizou parabenizando toda a equipe da Fazenda pela apresentação. O Presidente concedeu a palavra ao Secretário Executivo da Fazenda, Luciano Brasileiro. **SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** “Boa tarde. Veja bem, essa questão da CIP foi muito boa a sua pergunta de quanto é que o Município investe dessa arrecadação, porque se torna oportuno explicar um pouco essa contribuição. Essa contribuição equivale, em média, em torno de 1 milhão de reais por mês. Ou seja, a Celpe arrecada, através da conta de energia elétrica e repassa para o Município em torno de 1 milhão de reais por mês. Porém, todo esse valor arrecadado não é utilizado apenas para investimento. Boa parte desse valor arrecadado é para pagar o consumo da energia pública, ou seja, o gasto de energia nos postes, nos equipamentos públicos como escolas, praças e com a manutenção destes equipamentos públicos, a parte elétrica, ou seja, substituição de fios, substituição de lâmpadas queimadas, etc. Então, todo esse custo de manutenção com a rede é suportado por esse montante. Vou trazer um dado para o senhor: o custo da energia elétrica, no mês de setembro, que a gente pagou à Celpe só com o gasto da energia elétrica com os postes, foi superior a 750 mil reais. Então, fica muito pouco da própria CIP para investimento, muito pouco. Mesmo assim, dentro do plano de investimento, utilizando esses recursos, estão sendo substituídas todas essas lâmpadas antigas (chamadas de vapor de sódio), e a gestão começou com as grandes vias. Estamos concluindo a beira-mar, a Getúlio Vargas com extensão a Augusto Moreira e a Carlos de Lima Cavalcanti. Devemos concluir essas vias ainda nesse ano e provavelmente entrará a Kennedy e, se eu não me engano, a Chico Science (a do Canal dos Bultrins). De tal sorte que a gente possa utilizar todos esses recursos, trazendo para a população o melhor possível dessa contribuição. Com relação à segunda questão, como o senhor bem falou, muitas pessoas não sabem, mas essas multas repassadas para o Município, porque o Município tem o trânsito municipalizado, então existe o Fundo do Trânsito. Esse fundo não é administrado pela Fazenda, porque nós não consideramos as multas que alimentam esse fundo como Recursos Próprios. Pela própria lei que criou o Fundo, esses recursos são ‘carimbados’, ou seja, não podem ser gastos com outras rubricas que não sejam as rubricas previstas nesta lei criadora do fundo. Dentre elas, a sinalização, a manutenção dos semáforos, o próprio gasto com a frota do trânsito e com a própria máquina que processa a administração do trânsito em Olinda. Todavia, ficam de fora desses gastos aqueles gastos com a Secretaria como folha de pagamento, etc. Tudo isso é bancado extrafundo, ou seja, bancados com recursos da Fonte 101 (Recursos Próprios). E aí, se fosse o caso, coloco aqui a sugestão para chamar o Secretário de Trânsito para igualmente, numa audiência pública, apresentar como os recursos desse fundo foram aplicados ao longo desse exercício.” A vereadora Graça Fonseca questionou para qual conta iriam a arrecadação de receitas com as multas de trânsito. **SECRETÁRIO**



## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

**EXECUTIVO DA FAZENDA (LUCIANO BRASILEIRO):** “Para a conta única do Fundo. Todas essas arrecadações vão lá para a conta do Fundo, bem como o próprio Fundo tem um Conselho de Trânsito, com a participação da sociedade civil e esse Conselho tem poder de definir em que gastar os recursos desse Fundo, bem como o poder de julgar essas multas, quando o proprietário do veículo achar que ela foi indevida e entrar com recurso. Em relação à última pergunta, que é sobre a questão do orçamento ser mais perto da realidade da execução orçamentária, vou pedir para Eliude explicar melhor.” O Presidente concedeu a palavra à senhora Eliude. **SENHORA ELIUDE (SERVIDORA DA SECRETARIA DA FAZENDA):** “Boa tarde a todos. É muito interessante a participação da população junto ao nosso orçamento. O orçamento é elaborado com as despesas finalizadas até o mês de junho. A gente analisa toda despesa que foi efetuada até junho e utiliza como base para o orçamento do ano seguinte. Pode acontecer que, num exercício tenha uma despesa que tenha sido maior ou menor, e que no próximo exercício essa mesma despesa se comporte de maneira diferente, para mais ou para menos. Por isso, o orçamento nos dá essa flexibilidade de remanejamento de dotação de uma para outra, então a gente vai ter a necessidade de se implementar uma dotação que está insuficiente, aí nós fazemos esse remanejamento, a própria lei já nos dá essa condição. O orçamento, quando é elaborado, é estudado junto com os secretários. Hoje realmente a nossa Secretária da Fazenda não pôde vir para a reunião porque ela está envolvida com o fechamento do orçamento, que, na próxima terça-feira às 9 horas da manhã, nós temos uma audiência na Prefeitura para apresentar como está a proposta para o orçamento do próximo ano, está aberto para quem quiser participar. É feito com muita transparência, junto com todos secretários, discutido e analisado, usando um índice do Governo Federal para o aumento do orçamento. Então, é tudo feito nos mínimos detalhes. Tudo muito discutido e analisado. Agora, infelizmente, o orçamento é assim. Não é só no Município de Olinda, é também no Governo Federal e no Governo Estadual. Por isso, a lei nos dá essa facilidade de haver esse remanejamento para adequar as situações que porventura aconteçam no desenrolar do exercício.” O Presidente concedeu a palavra ao Secretário da Educação, Paulo Roberto. Paulo parabenizou pelo trabalho da Secretaria da Fazenda, destacando a importância do cumprimento do princípio da transparência. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente e pela Secretária.



JORGE FEDERAL – Presidente



GRAÇA FONSECA - Secretária